



O jornalismo de testemunho na obra *Operação Massacre*

Marta Maia

Dayane Barretos

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo realizar uma análise do livro *Operação Massacre*, de Rodolfo Walsh. Recorremos, metodologicamente, a Análise da narrativa, a partir de uma visada ampla que compreende a construção de narrativas enquanto um processo para além da materialidade textual e que nos permite inserir a figura do jornalista enquanto protagonista do ato de narrar. Ato que reflete não só as escolhas desse jornalista narrador, mas do modo de apropriação do mundo que está ligado a um contexto sócio-histórico-político-cultural.

Palavras-chave: Jornalismo; Narrativas; *Operação Massacre*; Testemunho; Memória.

1. Apontamentos iniciais

O livro *Operação Massacre* do escritor e jornalista argentino Rodolfo Walsh aborda um fuzilamento que ocorreu na madrugada do dia dez de junho de 1956. Na noite anterior, do dia nove de junho, uma tentativa de Golpe de Estado contra a Revolução Libertadora, que tirou Juan Domingo Perón do poder em 1955, foi engendrada. Naquela noite, doze homens que assistiam a uma luta de boxe em uma casa na região de metropolitana de Buenos Aires foram surpreendidos, presos e levados à delegacia. Na madrugada daquela mesma noite, sem nenhum julgamento, eles foram levados a um descampado e fuzilados sob a suspeita, que nunca se confirmou, de que faziam parte do levante contra o governo da época.

A obra parte do testemunho dos sobreviventes e se configura enquanto uma produção profícua para pensarmos o problema do testemunho na narrativa jornalística. Já no início do livro, Walsh destaca a inexistência de um registro formal histórico do fuzilamento, escrevendo que perambulou por diversas redações sem lograr êxito, visto que o desinteresse foi generalizado: “Todo mundo tira o corpo fora. É coisa para rir a doze anos de distância, pois podemos repassar os arquivos dos jornais e esta história não existiu e nem existe.” (WALSH, 2010, p. 16). Dessa forma, a investigação empreendida pelo jornalista teve como ponto de partida o relato do primeiro sobrevivente encontrado, Juan Carlos Livraga. Ainda que o jornalista explore documentos em sua investigação, a constituição dessa narrativa baseia-se, especialmente, no cruzamento dos testemunhos dos sobreviventes e de outras testemunhas secundárias, usadas de forma a confirmar as versões apresentadas.

Neste trabalho partimos do pressuposto de que no âmbito do jornalismo há diversos modos de se apropriar do testemunho do outro. Citamos aqui três: 1) o uso de trechos das falas das fontes testemunhais para corroborar ou confrontar dados, muitas vezes com o uso de aspas; 2) o testemunho do personagem a partir da escrita do jornalista sem o uso de outras estratégias de investigação, muito presente no caso de histórias de vida; 3) a apropriação do relato testemunhal pelo jornalista que irá percorrer seus rastros e cruzar com outras fontes em um trabalho mais pormenorizado de investigação. Atentaremos para esse terceiro modo, acreditando que esse é o movimento efetuado por Rodolfo Walsh em sua obra. Podemos perceber que enquanto no primeiro caso o testemunho adquire caráter secundário na produção jornalística, no segundo e no terceiro ele é central, o que nos leva a questionar: Em produções em que o testemunho possui caráter central, qual o papel do jornalista-narrador nesse testemunho? Sem pretensões de obter respostas, visto que esse trabalho tem caráter exploratório, mas buscando cercar essa questão, exploramos algumas perspectivas de autores que problematizaram a questão do testemunho, além de percorrer pistas na obra de Rodolfo Walsh que contribuem para essa discussão.

Metodologicamente, optamos pela uma análise da narrativa, considerando uma visada ampla que compreende a construção de narrativas enquanto um processo para além da materialidade textual e que nos permite inserir a figura do jornalista enquanto

protagonista do ato de narrar. Ato que reflete não só as escolhas desse jornalista, mas do modo de apropriação do mundo que está ligado a um contexto sócio-histórico-político-cultural. Sendo assim, ao propormos a análise desse livro a partir da chave conceitual do testemunho, estamos buscando também entender como essa obra é importante na constituição de sentidos acerca de um acontecimento que, se não fosse a obra em questão, corria o risco de não ter visibilidade alguma. O que nos diz, portanto, das presenças e ausências, de certo silenciamento de casos como esse e, principalmente, de testemunhos como esse.

2. Testemunho e dever de memória

É possível compreender a valorização do testemunho enquanto fonte confiável como um reflexo de um movimento de revalorização do sujeito nas décadas de 1970 e 1980 “em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas” (SARLO, 2007, p. 19). A pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (2007) denomina esse processo que restituiu a confiança nessa primeira pessoa que narra a sua vida de “guinada subjetiva” e pondera sobre os privilégios que se reconhecem no “eu” e que demandam um exame crítico.

Aproximando essa questão da esfera jornalística, podemos refletir sobre o espaço e a abordagem evidenciados pelo testemunho, tendo em vista dois extremos facilmente constatáveis: a exploração do relato do outro apenas para o preenchimento de uma lacuna pré-definida a fim de legitimar um ponto de vista já existente de saída ou o recurso de tomá-lo enquanto verdade incontestável. Nesse caso, a recorrência às fontes explicita um *modus operandi* próprio do chamado jornalismo convencional, que busca se legitimar por intermédio de uma pretensa objetividade, em que a fonte seria a condição mesma da percepção do real. Gaye Tuchman, ao problematizar os processos de captação da informação e a pretensa objetividade dessa atividade, afirma que “a necessidade de produzir enquadramentos que lhes atribuam sentido obrigam os profissionais do jornalismo a desenvolver procedimentos que eles consideram objectivos. Mas, com outras fontes ou sob outros ângulos, facilmente seguiriam vias distintas” (TUCHMAN, 2010, p. 166).

Destacamos aqui um dos procedimentos centrais para a consecução da atividade jornalística, a saber: quem ou quais são as vozes que contribuem para narrar os acontecimentos selecionados para veiculação diária. Nesse processo de interlocução é possível recorrer às fontes oficiais, alternativas e populares, embora estas duas últimas não sejam, em geral, a opção mais usual.

Assim, a escolha dos testemunhos que irão compor a narrativa jornalística não é papel exclusivo do repórter, ela passa por critérios próprios da prática jornalística, que por priorizar as falas oficiais acaba deixando de lado os diversos sentidos que circulam acerca do acontecimento. Em contrapartida, ao propor uma narrativa polifônica, utilizando o testemunho não só para preencher espaços pré-estabelecidos já na pauta, mas como forma de conceber o acontecimento de modo complexo, com suas contradições próprias da disputa de sentidos que está presente no social, o jornalista amplia as possibilidades de compreensão, podendo promover questionamentos, tão importantes em casos como o massacre de que trata Walsh, assim como outros episódios similares que ocorreram em contextos ditatoriais.

É importante destacar que o testemunho foi fundamental para possibilitar a condenação do terrorismo de Estado (SARLO, 2007) em ditaduras, além de ser um importante instrumento de elaboração da memória no caso de episódios traumáticos como a Shoah. Segundo Seligmann-Silva (2007, p. 67) “nestas situações, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”. Nesse sentido o testemunho mostra-se enquanto uma ferramenta chave para que a sociedade consiga passar a limpo esses episódios.

Nesse esteio, é necessário refletir sobre o modo como o testemunho é apropriado midiaticamente. A presença do outro e do seu relato na mídia pode tanto promover uma aproximação com o espectador, como estabelecer uma distância segura, em que se ouve a fala do sujeito, mas sua realidade não afeta, não mobiliza realmente. Lage (2015) ao tratar do caráter relacional do testemunho que pressupõe alguém que testemunhe e alguém que ouça, veja ou leia esse testemunho, propõe que pensemos esse testemunho como “um modo de ocupação e organização do sensível, no sentido em que evidenciaria

a relação entre uma comunhão e uma separação, entre uma proximidade e uma distância” (LAGE, 2015, p. 112). Sendo assim, não basta a simples presença da figura e dos relatos dos sujeitos na mídia, é necessário que essa presença seja tensionada de modo a promover encontros reais e não apenas superficiais e efêmeros. Nesse sentido, pensar a ação do narrador na apropriação desses testemunhos pela narrativa é importante para problematizar não só a presença do testemunho na mídia, mas a forma como ela ocorre, que é definidora para o que ela será capaz de acionar no espectador ou leitor.

A historiadora Jeanne Marie Gagnebin (2006) se ancora em Walter Benjamin para esboçar uma ideia de narração a partir das ruínas na narrativa, dos cacos e migalhas. A figura que emerge dessa proposta benjaminiana é a do narrador sucateiro como aquele que não procura os grandes feitos, mas sim elementos de sobras. Para Benjamin esses elementos de sobra são dois: o sofrimento indizível e o anônimo. “Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Desse modo, o jornalista em produções como a de Walsh que envolvem o trauma, o choque, o sofrimento de sujeitos desconhecidos por outros registros narrativos da época, uma vez que o jornalista afirma que nenhum jornal noticiou o episódio, carrega em si a imagem desse narrador sucateiro na busca dos cacos e migalhas, dos sujeitos anônimos e dos sentidos dispersos desse sofrimento.

Seguindo essa linha, avançamos para uma noção do jornalista que pode ser aquele que testemunha a dor do outro, que constitui um testemunho desse trauma a partir da costura dos diversos relatos. Gagnebin (2006) tece considerações acerca desse testemunho ouvinte a partir do sonho de Primo Levi, escritor e ex-prisioneiro de Auschwitz, que conta ter sonhado várias vezes um sonho que, como o escritor foi descobrir mais tarde, era sonhado por outros prisioneiros. Ele consistia na cena da volta para casa, em um ambiente de extrema felicidade, rompida pelos relatos das atrocidades cometidas a eles nos tempos de horror; os presentes não suportam ouvir as histórias e acabam indo embora. A autora conclui então que “testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Ainda sobre esse aspecto, Seligmann-Silva (2008, p. 72) é incisivo em considerar a posição do ouvinte na constituição do testemunho: “sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho”. O jornalista, ao assumir o papel de portador do testemunho, adquire uma postura ativa na dinâmica testemunhal. Tal reflexão é basilar para a discussão sobre *Operação Massacre* e, conseqüentemente, para refletirmos sobre o testemunho nas narrativas que tem como base episódios traumáticos impossíveis de serem abordados sem o relato, seja pela falta de outros registros documentais ou pela força do próprio testemunho.

3. O papel do jornalista na construção narrativa do testemunho

Na introdução da primeira edição de *Operação Massacre*, de 1957, o jornalista argentino Rodolfo Walsh relembra o modo como a história do fuzilamento chegou até ele: “A primeira referência ao massacre de José León Suarez chegou aos meus ouvidos da forma mais casual, no dia 18 de dezembro de 1956. Era uma versão imprecisa, própria do local – um café – onde a ouvi pronunciada” (WALSH, 2010, p. 208). Esse primeiro contato com o massacre revelou a existência de um sobrevivente, Juan Carlos Livraga, desse modo, a *Operação Massacre* era uma história por contar, o que somente seria possível por meio desse primeiro relato testemunhal.

Reconhecido como uma pessoa bastante politizada, Rodolfo Walsh nasceu em 1927, na província de Choele-Choel, na província de Rio Negro, na Patagônia argentina. Além de jornalista, Walsh também foi escritor, conhecido na Argentina por seus contos policiais. Sua familiaridade com a literatura e com a reportagem foi determinante para consolidar o seu estilo de escrita. Walsh escreveu *Operação Massacre* em 1957, obra que, segundo o jornalista brasileiro Ruy Castro, era difícil de classificar na época. “Era um romance, uma reportagem ou o quê? Foi preciso que, em 1966, Truman Capote anunciasse a invenção do, “romance de não ficção”, com ‘A sangue frio’, para que pelo menos os argentinos soubessem que Walsh antecipara Capote em quase dez anos – uma façanha literária nada pequena.” (CASTRO, 2010, p. 276).

Entre as descrições iniciais da investigação e as notas de rodapé, o autor destaca alguns testemunhos centrais na obra que separamos no quadro abaixo:

Nome	Quem era
Juan Carlos Livraga	sobrevivente
Troxler	sobrevivente
Benavides	sobrevivente
Miguel Ángel Giunta	sobrevivente
Don Horácio de Chiano	sobrevivente
Gavino	sobrevivente
Torres	Amigo de Gavino
Jorge Doglia	Ex-chefe da divisão Judicial da polícia bonaerense (exonerado)
Marcelo (codinome)	Ex-terrorista
Atilas (nome que assinava)	Informante anônimo

Quadro 1: autoria própria

Rodolfo Walsh ainda cita outras contribuições, como no trecho: “falei com sobreviventes, viúvas, órfãos, conspiradores, asilados, fugitivos, delatores presumidos, heróis anônimos” (WALSH, 2010, p.20). Assim, podemos perceber pela configuração do quadro e pela fala do autor que a narrativa foi configurada a partir do relato dos próprios sobreviventes e seus familiares, o que reforça o nosso argumento de que nessa obra o testemunho dos sujeitos envolvidos é fundamental. É pertinente destacar a importância de informações obtidas por pessoas que não puderam se identificar, devido ao contexto de repressão em que se deu a apuração.

O livro é dividido em três partes. A primeira, intitulada “As pessoas”, apresenta os homens que foram apreendidos na noite de nove de junho de 1956. O autor destaca de forma pormenorizada as características físicas, a personalidade, a profissão e a família daqueles homens, além dos motivos que fez com que cada um deles saísse de casa naquela noite. Na segunda parte da obra, “Os fatos”, Walsh descreve o que ocorreu na-

quela noite, na casa onde os homens ouviam a luta, na delegacia, o momento do fuzilamento, a fuga dos sobreviventes e o que acontece com eles após a *Operação Massacre*. Além disso, o jornalista contextualiza o cenário político argentino naquele momento no capítulo A revolução de Vale, situando o leitor: “longe dali, a verdadeira rebelião arde furiosamente. Em junho de 1956, o peronismo, deposto nove meses antes, fez sua primeira tentativa séria de retomar o poder mediante uma revolta de base militar com algum apoio de civis.” (WALSH, 2010, p. 70).

O que chama atenção nessas duas primeiras partes é o nível de detalhamento que Walsh conseguiu alcançar a partir do cruzamento entre os relatos testemunhais dos sobreviventes e das entrevistas com familiares das vítimas. Há diálogos no formato de discurso direto, com o uso de travessão, o que, juntamente com a forma de descrição dos ambientes e das situações remetem a uma estrutura literária que explora os relatos coletados em uma tentativa de reconstituição do que ocorreu.

Um pequeno rádio sobre o aparador tocava uma música popular. Após um longo silêncio, Nicolás Carranza se levantou, tirou o sobretudo do cabide e o vestiu lentamente.
Ela tornou a olhá-lo com expressão resignada.
- Aonde você vai?
- Tenho o que fazer. Se der volto amanhã. (WALSH, 2010, p. 27-28)

Como uma testemunha ativa da constituição narrativa do massacre, Walsh explora o discurso em primeira pessoa, explicando diversos passos da apuração, tanto no corpo do texto: “sabemos, por exemplo, que por volta de 21 horas aparece um homem chamado Rogelio Díaz, mas não sabemos exatamente quem o traz, nem a que vem” (WALSH, 2010, p. 39), como em notas de rodapé: “entrevistando um número considerável de testemunhas secundárias, cheguei à conclusão de que realmente existiu um sargento Díaz.” (WALSH, 2010, p. 40). Esse segundo trecho revela claramente o papel do jornalista nesse testemunho. Além de ouvinte, Walsh é também responsável pela articulação dos relatos e pelo cruzamento de versões. Ao descrever esse processo, o jornalista evidencia a sua total dependência dos testemunhos a que teve acesso nesse caso, uma vez que não havia outra maneira de confirmar a existência de Rogelio Diaz.

A posição de Walsh enquanto aquele que se dispõe a ouvir o testemunho incômodo do outro, nos termos de Gagnebin (2006) pode ser percebida no seguinte trecho: “escutar Giunta é algo penoso, pois temos a sensação de estar vendo um filme que, des-

de que foi rodado naquela noite, gira e gira dentro de sua cabeça, sem nunca poder parar” (WALSH, 2010, P. 18). Desse modo, ao se abrir para ouvir o testemunho doloroso do outro, Walsh demonstra estar disponível para a escuta. Essa abertura é, no entanto, imprescindível para que haja realmente o testemunho, conforme afirma Seligmann-Silva (2008). E completamos, é imprescindível para que seja possível uma aproximação da experiência que o outro testemunha para o leitor.

Já na terceira parte, denominada de “A prova”, o autor aborda os desdobramentos da chamada *Operação Massacre*, uma vez que o fato de terem restado sobreviventes para contar a história e exigir justiça trouxe implicações ao caso. A ênfase dessa última parte sai do âmbito dos testemunhos dos sobreviventes e familiares das vítimas e recai sobre os documentos e os depoimentos oficiais sobre o caso, principalmente no que diz respeito a um sobrevivente: Carlos Livraga. Uma vez que a base desta parte do livro são os depoimentos, estes são transcritos muitas vezes na íntegra, ocupando até seis páginas inteiras. Neste ponto, Walsh aciona o leitor para que chegue às suas próprias conclusões a partir dos depoimentos e passos da investigação, como fica explícito no seguinte trecho: “Comece por duvidar da própria existência desses homens que, segundo minha versão, o chefe de Polícia prendeu em Florida na noite de 9 de junho de 1956. E dê ouvidos a Fernández Suárez, quando este declara o que segue perante a Junta Consultiva, no dia 18 de dezembro de 1956, segundo a versão taquigráfica” (WALSH, 2010, p. 151). Sobre esse excerto, podemos problematizar o papel que Walsh reserva ao leitor, como se o próprio leitor se tornasse a testemunha, naquele sentido de ouvinte discutido no item anterior, do relato do jornalista, do entendimento de Walsh a partir do depoimento.

Nesse sentido, Rodolfo Walsh rompe com a forma autoritária de narrar, que Fernando Resende (2005) caracteriza como própria do discurso jornalístico tradicional. Para o autor, a rigor, o jornalista não escolhe como narrar, apenas lança mão de uma técnica pré-configurada que regula e delimita a sua atuação, de modo que, a enunciação subordina-se ao enunciado. Ao romper com essa lógica, destacando o processo de apuração e compartilhando, inclusive, as próprias dúvidas e lacunas que restaram da investigação com o leitor, Walsh se afasta de um ideal de verdade inalcançável e abre o texto para a interpretação do leitor. Cria-se então, uma espécie de intersubjetividade, possibi-

litando uma relação entre o sujeito narrador e o sujeito leitor, que permite a esse último que ele confronte o relato com a sua experiência de vida, com os seus saberes.

As proposições acima ficam evidentes no seguinte trecho: “mas, há mais alguém fora os já mencionados? Será difícil achar uma testemunha que se lembre de todos; os que poderiam fazê-lo estão ausentes ou mortos. Só podemos nos guiar por indícios.” (WALSH, 2010, p. 61). Dessa forma, Walsh divide com o leitor o contexto da construção narrativa do seu próprio testemunho, evidenciando que se trata da verdade a que ele teve acesso. Um aspecto que reforça a questão lançada por Resende (2005, p.97): “narrar a verdade dos fatos independe de encontrar uma verdade”. Mais à frente no mesmo texto, Resende (2005) considera que essa relação com a verdade é própria da tomada de posição do sujeito que ele chama de narrador-jornalista na construção da narrativa. “Em um texto habitado pelo narrador-jornalista, o seu criador é liberado da obrigação de revelar qualquer verdade que seja, é o narrador quem observa e conta a história (...) ele é uma estratégia textual, e é no texto que ele se revela.” (RESENDE, 2005, p. 98).

Partindo dessa perspectiva, Walsh se revela enquanto narrador-jornalista e testemunha responsável pela construção narrativa do ocorrido, a partir do cruzamento entre os diversos testemunhos, os depoimentos registrados e os documentos a que teve acesso. Rodolfo Walsh deixa explícito que ele foi o responsável por dar visibilidade à *Operação Massacre*, tendo em vista que não houve repercussão midiática sobre o assunto na época. O mesmo ocorre com o julgamento de Carlos Livraga, que o jornalista aborda na terceira parte do texto:

La Razón, de Buenos Aires, num quadro intitulado “Uma reunião”, também fez eco das gestões, informando que se discutiram “os acontecimentos produzidos no ano passado na zona de San Martín”. A liberdade de imprensa de que gozava o país se esgotou nesses eufemismos. A opinião pública nunca foi informada da existência do processo Livraga. (WALSH, 2010, p. 173).

Desse modo, coube a Walsh, ao reunir todo o conteúdo em um livro, constituir narrativamente o seu próprio testemunho daquilo que ocorreu em determinado momento histórico do país.

Por fim, vale a pena destacar uma última questão acerca de *Operação Massacre* que diz respeito à memória ou, nas palavras de Gagnebin (2009), a uma elaboração do passado. A forma como Walsh construiu o relato, juntando a ele, além do texto que nar-

ra o ocorrido, outras questões como o processo Livraga e as acusações que ele mesmo sofreu, faz com que o livro se configure enquanto um dossiê da *Operação Massacre*, que registra um acontecimento que o escritor não gostaria que se repetisse e que, muito menos, caísse no esquecimento, como ele mesmo destaca: “Investiguei e relatei estes fatos assombrosos para levá-los ao conhecimento do público da forma mais ampla possível, para que inspirem espanto, para que nunca mais tornem a se repetir.” (WALSH, 2010, p. 206).

Por intermédio da valorização da fonte testemunhal, Walsh participa da disputa de sentidos na sociedade, visto a abundância de referenciais simbólicos existentes no interior da sociedade, como nos diz Fernando Resende: “O mundo contado nos jornais, à luz da narrativa, é menos da ordem da retórica das imparcialidades e objetividades, do que do jogo de forças, das negociações e dos embates próprios do mundo da vida.” (2011, p. 134)

Aleida Assmann (2011) também nos ajuda a pensar sobre o papel da memória na contemporaneidade. Ela diz que é possível pensar a memória enquanto técnica de armazenamento ou como potência que envolve dinâmicas mais complexas acionadas pelo presente. No caso em análise, podemos pensar a memória como potência capaz de trazer à tona uma história que estava marginalizada e desconhecida do público. Nesse sentido, a própria edição usada para essa discussão, que traz como apêndices o prólogo, a introdução, o apêndice obrigatório e epílogo da primeira edição, os epílogos da segunda e da terceira edições, além da carta aberta que Walsh escreveu para a Junta Militar em 1977, localiza a obra de Walsh como parte de um processo histórico contribuindo para que esse livro seja compreendido a partir de uma dada temporalidade e, portanto, reconfigurando uma memória histórica. *Operação Massacre* se constituiria, portanto, como uma obra que suscita um “dever de memória” (GAGNEBIN, 2009). A autora faz uma referência a “Auschwitz”, símbolo da Shoah, como “um emblema daquilo que *não pode, não deve ser esquecido*” (GAGNEBIN, 2009, p. 98, grifo da autora), não só no sentido de que seja sempre lembrado, mas na perspectiva de que algo semelhante não aconteça mais.

4. Considerações finais

A partir da obra de Walsh podemos perceber algumas características da apropriação do testemunho nessa narrativa. A primeira delas é a centralidade do testemunho para a reconstituição e visibilidade do acontecimento em questão, uma vez que o ponto de partida de toda a investigação foi o depoimento do primeiro sobrevivente encontrado, Juan Carlos Livraga. É, portanto, a fala de Livraga, que torna possível a narrativa sobre o que o jornalista chamou de *Operação Massacre*. Os testemunhos e a presença dos sujeitos nessa obra não cumprem apenas a função de preencher lacunas no texto jornalístico, são centrais, o que possibilita uma maior aproximação entre o leitor e a experiência desses sujeitos. Sobre esse último aspecto, o nível de detalhes explorado pelo autor mostra-se fundamental, o que nos leva para a segunda dimensão do testemunho presente na obra.

Essa segunda característica consiste no papel do próprio jornalista enquanto testemunha dos relatos, uma vez que ele se dispõe a ouvir e a narrar a história dos sujeitos. Fica, portanto, evidente no livro a importância do narrador em tirar do anonimato esses sujeitos que foram fuzilados sumariamente.

O livro apresenta-se, portanto, como uma forma de relato para aqueles que não estiveram presentes no acontecimento, configurando o caráter mediador da obra e do jornalista, o que possibilita uma recomposição do passado a partir das possibilidades que o próprio presente aciona. Ao refletir sobre a importância da narrativa na atualidade, em especial das histórias dos “perdedores”, Paul Ricoeur nos diz que “toda a história do sofrimento clama por vingança e pede narração” (2010, p. 129). É nesse sentido que o narrar se configura enquanto ação e o ato de narrar torna-se potente de sentidos mobilizadores, dando visibilidade a uma história que ainda não existia narrativamente, cumprindo assim, também, um dever de memória.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CASTRO, Ruy. Nota Biográfica. In: WALSH, Rodolfo. **Operação Massacre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 271-282.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? In: GAGNEBIN, J.M., **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 97-105.

LAGE, Leandro Rodrigues. Cenas do testemunho na televisão: o (des)encontro de mundos. **Galáxia**, n. 29, p. 110-122, jun. 2015.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 85-101, 2005.

_____. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador/EDUFBA, Brasília/Compós, p. 120-134, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: A intriga e a narrativa histórica**. Vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado** – cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

TUCHMAN, Gaye. Entrevista. **Comunicação & Cultura**, n.º 9, 2010, pp. 165-171.

WALSH, Rodolfo. **Operação Massacre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.